



EDUCAÇÃO

MEC quer pressa para o PL do ensino médio

Em audiência no Senado, ministro Camilo Santana sugere que texto não seja modificado — e tenha de voltar à Câmara — para ir rapidamente à votação. Mas relatora afirma que isso dificilmente será obtido

» ÁNDREA MALCHER

Em audiência no Senado, ontem, o ministro da Educação, Camilo Santana, sinalizou que gostaria que o projeto de lei (PL) que reformula o novo ensino médio seja apreciado com celeridade e, se possível, aprovado ainda neste primeiro semestre. Ele propôs que a matéria não seja alterada para evitar que retorne à Câmara — e atrase a implantação das alterações pretendidas pelo governo.

“Tenho uma reunião no MEC com a relatora [senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO)]. As equipes técnicas estão conversando e a gente espera que o que veio da Câmara possa ser aprovado no Senado. E que não seja preciso voltar à Câmara para poderemos acelerar o processo e dar mais segurança ao futuro do ensino médio”, comentou Camilo, depois da audiência na Comissão de Educação e Cultura da Casa.

A senadora, porém, deu a entender que frustrará as expectativas do ministro, pois prevê alterações no texto vindo da Câmara. “Nosso propósito é, de maneira rápida, aprovar no Senado, mas não vejo como não voltar à Câmara porque tem alterações. Nossa ideia é tratar com o relator [deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE)] para ganhar tempo. A alteração será feita a partir de um diálogo

entre Câmara e Senado”, explicou Dorinha.

Essa negociação não promete ser fácil. Camilo e Mendonça — ministro da Educação no governo Temer — trataram ponto a ponto o PL que reformula o novo ensino médio em reuniões tensas. Próximo à votação, no fim de março, um dos encontros teve até mesmo tapas na mesa. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi levado a intervir para que se alcançasse um acordo.

Recomposição

Apesar das divergências entre Camilo e Mendonça, o MEC conseguiu a recomposição das horas da formação geral básica — o rol de disciplinas comuns para todos os estudantes: 2,4 mil contra as 2,1 mil propostas pelo relator na Câmara. A formação técnica escalonada terá 1,8 mil horas.

“Acho que um dos pontos aprovados na Câmara, e que acho que foi um avanço importante, é a retomada das 2,4 mil horas para a formação geral básica e a flexibilização para quem ofertar ensino técnico. Isso vai estimular o ensino técnico, que é 80% do que os alunos querem no ensino médio brasileiro. Também diminuirá a pulverização de tantos itinerários que foram ofertados no ensino médio. Acho que tem escola até hoje que não conseguiu ofertar

Geraldo Magela/Agência Senado



Fechamento do texto na Câmara teve reuniões tensas entre Camilo e o deputado relator da matéria

ainda”, observou o ministro.

Camilo salientou que o texto enviado ao Congresso pelo MEC foi construído após consulta a estudantes, professores e entidades. Acrescentou que a pretensão era “fazer esse bom debate” no Senado.

“As entidades de classe que estão aqui também participaram do processo e sabem dos avanços que tivemos na construção do consenso, da proposta. Sabem o que foi e o que não foi aprovado na Câmara. E, agora, isso chega ao Senado para que

esta Casa possa fazer a avaliação”, disse Camilo.

O modelo aprovado na Câmara é alvo de críticas, especialmente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que defende a revogação total da proposta.

Reprodução/Redes sociais



Erika chega a falar com o cadáver para parecer convincente

GOLPE

Mulher tenta sacar dinheiro com morto

Uma mulher foi detida, ontem, ao tentar levantar um empréstimo de R\$ 17 mil, em uma agência bancária em Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O surpreendente foi a forma como ela quis dar o golpe: utilizando um cadáver que dizia ser seu tio. Para ser convincente, tentava obrigar o morto — inclusive falando com ele — a assinar o documento.

Érika de Souza Vieira Nunes se apresentou como sobrinha de Paulo Roberto Braga, de 68 anos, identificado depois que o Samu foi acionado

e constatar que estava morto havia algumas horas. Os funcionários da agência desconfiaram da cena, pois ele não conseguia segurar a caneta para assinar o empréstimo, apesar da insistência de Érika.

“Tio, tá ouvindo? O senhor precisa assinar. Se o senhor não assinar, não tem como. Não posso assinar pelo senhor. O que posso fazer, eu faço”, afirma Érika. “Assina para não me dar mais dor de cabeça, não aguento mais”, diz ela, demonstrando impaciência com o cadáver sentado

em uma cadeira de rodas.

A atendente do banco, porém, desconfia da coloração da pele do homem e diz que há algo errado. “Ele não está bem, não. A corzinha não tá ficando...”. Érika insiste na farsa: “Ele é assim mesmo”, minimiza.

Os funcionários da agência percebem a tentativa de golpe e chamam a polícia. Erika pode responder por estelionato ou furto mediante fraude. O corpo de Paulo Roberto foi encaminhado ao Instituto Médico Legal. (FG)



ALEXANDRE GARCIA

“O MINISTRO MARCO AURÉLIO, FALANDO NO ÚLTIMO FÓRUM DA LIBERDADE, LEMBROU QUE A CORTE TEM QUE FICAR RESTRIÇA ÀS FUNÇÕES QUE LHE ATRIBUI A CONSTITUIÇÃO. NÃO PODERIA JULGAR OS MANIFESTANTES DO 8 DE JANEIRO”

A medula da Constituição

Estamos precisando ler a Constituição com a mesma frequência e intimidade com que os evangélicos leem e citam a Bíblia. Afinal, a Constituição é o livro sagrado nas nações democráticas. Precisamos ter os princípios da Constituição como uma questão de fé — uma fé racional — porque estão passando por cima do que foi promulgado há 36 anos e ainda estamos discutindo se isso pode ou não, como se já não estivessem fixados em pedra.

Como Moisés no Sinai, o Doutor Ulisses nos apresentou as tábuas pétreas da lei maior

e, por serem fáceis de ler e de entender, chamou o conjunto de princípios de Constituição Cidadã, como garantia contra qualquer tipo de tirania. “Tenho nojo de ditadura”, proclamou ele na promulgação da Lei Maior.

Agora o ministro aposentado do Supremo Marco Aurélio Mello explica a quem ainda não percebeu que a medula da Constituição é a liberdade. A liberdade está em todas as páginas do nosso livro sagrado. A tal ponto que a Constituição proíbe qualquer restrição à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação, sob qualquer

forma ou veículo — como está escrito no artigo 220.

O mesmo artigo vai além: estabelece que “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social” — e observe que o constituinte não escreveu apenas a palavra liberdade, mas a adjetivou: plena liberdade.

O inimigo da liberdade de expressão é a censura. Para ela, o artigo 220 reserva uma arma letal: “É vedada toda e qualquer censura, de natureza política,

ideológica e artística”. Qual é a exceção? Os valores éticos e sociais da pessoa e da família. É o que estabelece o artigo seguinte, mandando que a programação da tevê e do rádio respeite esses valores, isto é, respeite a família.

O incrível é que está desde 1988 na Constituição e parece que ainda não circula por todos os nervos, veias, vasos e artérias do país. E na medula da Constituição está a liberdade. Como vamos exigir que respeitem o Código Penal, que é lei ordinária, se não respeitam a lei maior? Se não respeitam a lei maior, por que iriam respeitar as menores?

Eis porque vivemos mal, com insegurança em tudo.

O mais incrível é que autoridades, com ou sem mandato, que juraram cumprir e defender a Constituição, só fizeram isso protocoladamente. Ex-presidente do Supremo, o ministro Marco Aurélio, falando no último Fórum da Liberdade, lembrou que a Corte tem que ficar restrita às funções que lhe atribuiu a Constituição. Não poderia julgar os manifestantes do 8 de janeiro, que ficaram sem direito ao recurso; tampouco caberiam julgamentos à distância.

Em 1932, os paulistas deram

NAUFRÁGIO

Barco com ilegais estaria à deriva há três meses

» FABIO GRECCHI

As autoridades de segurança do Pará trabalham com a hipótese de que o barco encontrado à deriva, no sábado, no litoral do estado, estava havia pelo menos três meses nessa condição. Isso porque a embarcação está íntegra, o que afasta a possibilidade de ter havido algum naufrágio. Porém, não tem nenhuma forma de propulsão — a motor ou a vela. A desconfiança é de que estava sendo rebocada e, por alguma razão, foi abandonada à própria sorte em alto-mar.

Apesar de as perícias ainda não estarem concluídas, os investigadores acreditam que, por estar à deriva em pleno Oceano Atlântico, chegou à costa paraense levada pelas correntes. Os investigadores creem que os corpos encontrados sejam de cidadãos da Mauritânia ou do Mali — que não tem saída para o mar, o que obriga os migrantes ilegais a tentar deixar o país pelas nações vizinhas.

As autoridades brasileiras também avaliam a possibilidade de o barco ter sido abandonado em uma rota alternativa de migração irregular: em vez de tentar chegar à Europa cruzando a Argélia ou a Líbia, costeariam a África para chegar ao Mediterrâneo via Gibraltar. Por esse trajeto, as quadrilhas que traficam cidadãos ilegalmente têm como alvo a Espanha. O cálculo é de que haviam pelo menos 25 pessoas na embarcação, ao deixar a costa africana.

Os nove corpos encontrados em avançado estado de decomposição — um deles estava próximo do barco à deriva — serão analisados no Instituto Médico Legal (IML) de Belém e passarão por uma análise semelhante àquela que identificou as vítimas da tragédia de Brumadinho (MG). Serão examinadas amostras de DNA, digitais e a arcada dentária para identificar os mortos. Depois disso, as informações serão compartilhadas com a Interpol, conforme disse o superintendente da Polícia Federal (PF) no Pará, José Roberto Peres. Somente dessa forma é que se saberá se há alguma reclamação de pessoas desaparecidas.

Segundo os investigadores, o barco tem 13m de extensão e foi avistado na área conhecida como Barra do Quatipuru — próximo à praia de Ajuruteua, em Bragança, distante cerca de 215km da capital paraense.